

ALEXANDRE DE MORAES
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Coordenadores

DEMOCRACIA E SISTEMA DE JUSTIÇA
OBRA EM HOMENAGEM AOS 10 ANOS DO MINISTRO
DIAS TOFFOLI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Belo Horizonte
FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2020

SUMÁRIO

PREFÁCIO

RICARDO LEWANDOWSKI	19
----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

ALEXANDRE DE MORAES, ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA	23
--	----

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO COMO CURADOR DA NORMA: CONSTITUCIONALIDADE, EXCEPCIONALIDADES E DESIGNAÇÃO DE ADVOGADO DA UNIÃO *AD HOC*

ADRIANO MARTINS DE PAIVA	25
1 Introdução	25
2 Os limites constitucionais da curadoria da lei – Resgate histórico da interpretação do STF do §3º, do art. 103, da CF/88	27
3 A avaliação da doutrina dos precedentes do Supremo Tribunal Federal na interpretação do §3º, art. 103, da CF/88	35
4 Superação do conflito aparente com a designação de defensor <i>ad hoc</i>	39
5 Conclusão	43
Referências	44

SEPARAÇÃO DE PODERES E O CONTROLE JUDICIAL NA CONCESSÃO DO INDULTO

ALEXANDRE DE MORAES	47
1 Introdução. O instituto do indulto na tripartição de poderes	47
2 Poder Executivo e concessão do indulto	48
3 Natureza jurídica do indulto	49
4 Limites na discricionariedade na concessão do indulto: crimes contra Administração Pública e corrupção	57
5 Controle jurisdicional do Poder Executivo de indultar	58
6 Conclusão	62
Referências	62

AS REDES SOCIAIS E A ÉTICA NA MAGISTRATURA

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	65
Introdução	65
Atuação do juiz nas redes sociais	66
Exercício da liberdade de expressão	67
Investidura no cargo de juiz	68
Princípios que informam a conduta do juiz	68
Relacionamento nas redes sociais	69
Os meios normativos que dispomos para regular a participação dos magistrados nas redes sociais	70
Considerações finais	71

BASES PARA A COMPREENSÃO SISTÊMICA DA CORRUPÇÃO

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA	73
Introdução	73
1 Perspectiva histórica da corrupção: um problema atual, uma história antiga	74
2 A compreensão transdisciplinar da corrupção	77
3 Parâmetros funcionais básicos para a prevenção e combate à corrupção	79
4 As novas bases estruturais das organizações criminosas	81
5 Bases para a compreensão sistêmica da corrupção	83
5.1 Um sistema transdisciplinar	83
5.2 Um sistema interconectado	85
5.3 Um sistema comunicativo	87
Conclusões	88
Referências	89

O PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA DOS SANTOS, ALEXANDRE FREIRE	93
1 Introdução	93
2 O Ministério Público e o regime constitucional da investigação criminal.....	94
3 O poder de investigação do Ministério Público e o seu controle parametrizado no RE nº 593.727-RG.....	101
4 Considerações finais	103
Referências.....	104

A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI NA FORMAÇÃO DA MODERNA JURISPRUDÊNCIA DO STF EM MATÉRIA DE DIREITO ELEITORAL (PROPAGANDA ELEITORAL, DIREITO DE ANTENA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA)

CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, MÁRCIO ANTONIO BOSCARO	105
---	-----

LA NECESARIA PUBLICACIÓN DE LAS AGENDAS PROFESIONALES DE ALTOS DIRECTIVOS DEL ESTADO: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA REGENERACIÓN DEMOCRÁTICA Y DE LA PREVENCIÓN DE LA CORRUPCIÓN

CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO	119
1 Introducción.....	119
2 Antecedentes de la transparencia	121
3 La transparencia como elemento a la regeneración democrática y a la prevención de la corrupción	126
4 La agenda de los altos directivos como objeto de la transparencia	129
5 Conclusión.....	134
Referencias	134

ORIGEN, ORGANIZACIÓN Y FUNCIONAMIENTO DE LA ABOGACÍA GENERAL DEL ESTADO DE ESPAÑA

CONSUELO CASTRO REY	139
1 Origen	139
2 Organización y funcionamiento.....	141
Bibliografía	151

O CASO DO AMIANTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DAIANE NOGUEIRA LIRA, ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR	153
1 Introdução	153
2 Histórico legislativo	154
3 A discussão no STF	156
3.1 A primeira fase: análise exclusivamente sob a perspectiva formal.....	156
3.2 A segunda fase: a superação da análise puramente formal.....	157
3.3 A audiência pública	158
3.4 A terceira fase: a declaração de inconstitucionalidade incidental da Lei nº 9.055/95 e a constitucionalidade das leis locais.....	159
3.4.1 A retomada dos julgamentos e os impasses.....	159
3.4.2 O desfecho e a solução dos impasses: o voto-vista do Ministro Dias Toffoli	161
4 As reflexões inspiradas pelo caso do amianto	163
4.1 Um julgamento, muitas reflexões	163
4.2 Sobre os limites da competência dos estados nas matérias de competência concorrente sobre as quais já exista lei geral federal	164
4.3 Sobre a possibilidade de controle incidental nas ações de controle concentrado com eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	167
5 Conclusões.....	171
Referências.....	172

TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

EDUARDO S. TOLEDO	173
--------------------------------	-----

EXTRAFISCALIDADE E O DOGMA DO LEGISLADOR NEGATIVO: AVANÇOS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

EURO SABINO DE AZEVEDO, LUCILENE RODRIGUES SANTOS	179
1 Introdução	179
2 Tributação e Estado Democrático de Direito	180
3 Extrafiscalidade e sistema federativo	181
4 Extrafiscalidade e princípio da isonomia.....	183
5 Princípio da isonomia e o dogma do legislador negativo.....	185
6 Princípio da separação de poderes e políticas públicas	186

7	Avanços no emprego de técnicas de decisão aditivas ou modificativas em matéria tributária.....	187
8	Conclusão	189
	Referências.....	190

APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI FEDERAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 9.784/1999) AOS ESTADOS-MEMBROS E MUNICÍPIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FEDERAÇÃO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA, MARIANA AUGUSTA DOS SANTOS ZAGO		193
1	Introdução	193
2	Retomando o argumento: distinção entre analogia <i>legis</i> e analogia <i>juris</i> e a supressão de lacuna do direito estadual por analogia em relação ao Direito Federal, em especial ao art. 54 da Lei nº 9.784/1999	195
3	Federação após a Constituição Federal de 1988: continuidade, complexidade, indefinição	202
4	A aplicabilidade da Lei nº 9.784/1999 na visão do Superior Tribunal de Justiça: uma temática a ser revisitada	206
5	Conclusão	214
	Referências.....	215

A COLABORAÇÃO PREMIADA VISTA POR UM PROCESSUALISTA CIVIL

FLÁVIO LUIZ YARSELL		217
1	Introdução	217
2	Natureza jurídica do acordo de colaboração.....	218
3	Conteúdo do acordo de colaboração: negócio jurídico de direito material ou processual?.....	221
4	Regime de validade do acordo de colaboração (como negócio processual e substancial) e do respectivo ato homologatório	224
5	Limites objetivos e subjetivos da eficácia do acordo de delação e respectiva homologação. Eficácia preclusiva e imutabilidade	232
	Referências.....	240

A JUSTIÇA E O QUE PERMANECE – UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A VERDADE E SUAS AUSÊNCIAS

GABRIEL CHALITA		243
	Introdução	243
1	Sobre a permanência.....	244
2	Sobre os <i>Olhos que condenam</i>	245
3	Precipitação e preconceito.....	247
4	Sobre a justiça	249
5	Sobre os acusadores	251
	Conclusão	254
	Referências.....	254

DEBATES NECESSÁRIOS À EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO

GILMAR FERREIRA MENDES		257
1	Introdução	257
2	A jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal e a necessidade de sua reanálise	258
3	Debates necessários à evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	259
3.1	Possibilidade de anulação do acordo	259
3.2	Possibilidade de questionamento por terceiros delatados.....	261
4	Conclusão	263
	Referências.....	264

JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA E DEMOCRACIA

GRÉGORE MOREIRA DE MOURA		265
	Introdução	265
	Evolução da judicialização no Brasil	266
	Judicialização da Previdência.....	268
	Algumas causas da judicialização da Previdência.....	272
	A PEC nº 6/2019 e sua influência nas ações previdenciárias	275
	Conclusão	280
	Referências.....	281

CONCILIAÇÃO NAS AÇÕES ORIGINÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, RITA DIAS NOLASCO		283
	Introdução	283
1	A importância das soluções pacíficas das controvérsias pelo Judiciário	285
2	O relevante papel do Supremo Tribunal Federal como tribunal da Federação	288
3	A missão de buscar soluções pacíficas das controvérsias nos casos que colocam em risco o pacto federativo: tentativas de conciliação realizadas pelo Supremo Tribunal Federal	291

Notas conclusivas.....	294
Referências.....	294

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O SISTEMA DE JUSTIÇA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONCILIAR A DIMENSÃO JURÍDICA COM A ÉTICA

HUMBERTO MARTINS	297
1 Introdução: os desafios do Poder Judiciário e as promessas da inteligência artificial.....	297
2 O conceito de inteligência artificial.....	301
3 Do conceito de sistema perito ao conceito de aprendizado de máquina.....	303
4 A aplicação da inteligência artificial nas atividades jurídicas	304
4.1 Descoberta preditiva.....	304
4.2 Pesquisa jurídica.....	305
4.3 Geração de documentos jurídicos.....	306
4.4 Geração de resumos de casos e descrições.....	306
4.5 Predição de resultados de processos judiciais	307
5 Conclusão	307
Referências.....	308

PARTIDOS POLÍTICOS – ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR	311
Introdução	311
1 Partidos políticos no constitucionalismo	312
1.1 Antecedentes remotos dos partidos políticos	312
1.2 Partidos políticos nos EUA	314
1.3 Universalização do voto e partidos políticos ideológicos	316
2 Partidos políticos no quadro institucional.....	317
2.1 Partidos políticos e sistemas de governo	317
2.2 Partidos políticos e sistemas eleitorais	318
2.3 Partidos políticos e controle de constitucionalidade.....	319
Conclusão	321
Referências.....	323

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTONOMIAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO

JOSÉ MAURICIO CONTI	325
1 Considerações introdutórias.....	325
2 Independência e autonomia do Poder Judiciário	326
3 A autonomia administrativa do Poder Judiciário	328
4 A autonomia financeira do Poder Judiciário.....	329
4.1 Autonomia financeira do Poder Judiciário: fase de elaboração orçamentária	329
4.2 Autonomia financeira do Poder Judiciário: fase de execução orçamentária	333
5 Síntese conclusiva.....	334
Referências.....	335

O ELOGIO DE PIERO CALAMANDREI COMO UMA PERENE HOMENAGEM AOS JUÍZES DE TODAS AS ÉPOCAS

JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI	337
Referências	341

A SOLUÇÃO CONSENSUAL DO INTERESSE PÚBLICO

KAZUO WATANABE, DALDICE SANTANA, BRUNO TAKAHASHI	343
Introdução	343
1 O dever da Administração de solucionar seus conflitos	344
2 A pretensa indisponibilidade do interesse público.....	345
3 A responsabilidade da autoridade administrativa pela preservação do interesse público	348
3.1 Qual é o interesse público?	349
3.2 Quem decide em nome da Administração?	350
Conclusão	352
Referências.....	353

A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

LUIS FELIPE SALOMÃO	355
1 Introdução	355
2 Principais casos julgados pelo TSE – Um pouco da história.....	356
3 Os novos desafios da Justiça Eleitoral.....	359
Referências.....	363

OS TRÊS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES NAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS CONTEMPORÂNEAS

LUÍS ROBERTO BARROSO	365
Nota prévia.....	365
1 Introdução	366
2 Os papéis desempenhados pelas supremas cortes e tribunais constitucionais	366
2.1 O papel contramajoritário	368
2.2 O papel representativo	370
2.3 O papel iluminista	375
3 Conclusão	383

LEITURAS CONSTITUCIONAIS DA ABSOLVIÇÃO GENÉRICA DIANTE DA SOBERANIA DO JÚRI

LUÍZ EDSON FACHIN, PAULO MARCOS DE FARIAS	385
Apresentação	385
1 Notas introdutórias acerca do Tribunal do Júri.....	385
2 Reforma no procedimento do Tribunal do Júri pela Lei nº 11.689/2008 e suas repercussões no sistema de quesitação....	387
3 Aplicação do quesito genérico e sua compreensão pretoriana	389
4 Enfrentamento de problemática de maior dimensão quanto à eficácia do veredicto absolutório do Conselho de Sentença.....	392
5 Possíveis caminhos constitucionais no tema	396
6 Conclusão e importância do enfrentamento da controvérsia	399
Palavras de encerramento	400

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

MARCELO KOKKE	401
Introdução	401
1 Organização do território e gestão ambiental.....	402
2 Análise técnica e deferência administrativa na gestão ambiental.....	406
3 Precaução: entre a gestão do risco e o direito do medo.....	411
4 Precaução e gestão do risco segundo o Supremo Tribunal Federal	416
Conclusão	420
Referências.....	421

ESTRUTURAÇÃO E AUTONOMIA DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO E CIDADANIA – CEJUSC COMO ATIVIDADE-FIM DO PODER JUDICIÁRIO (ALTERAÇÃO NA RESOLUÇÃO Nº 219/CNJ): MAIS UMA MEDIDA PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS MECANISMOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI	425
1 Introdução	425
2 A estruturação e autonomia dos Cejusc como importante instrumento para a superação da resistência à utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos	428
3 Considerações finais	435
Referências.....	436

INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA AO INCORPORAR A AGENDA GLOBAL 2030 NO PODER JUDICIÁRIO

MARIA TEREZA UILLE GOMES	439
Inovador.....	439
Transparente	443
Eficiente	443
Considerações finais	444

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DEMOCRÁTICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES	447
Introdução	447
A cláusula do interesse público e o direito administrativo sancionador.....	448
O direito administrativo sancionador sob a égide do Estado Democrático de Direito	451
A consensualidade no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa	457
Notas conclusivas	460
Referências.....	461

O PARADOXO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS: ENTRE A PROTEÇÃO DOS VALORES FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE E A EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS NO JOGO DEMOCRÁTICO

OG FERNANDES, FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER, RODRIGO FALCÃO DE OLIVEIRA ANDRADE ... 463	
1 Introito	463

2	Breve referência às cláusulas pétreas no direito estrangeiro	464
3	A razão de ser das cláusulas de imutabilidade.....	465
4	As cláusulas pétreas no Brasil	466
5	Aspectos positivos e negativos das limitações materiais ao poder de reforma	467
6	A teoria da dupla revisão	469
7	O paradoxo das cláusulas pétreas	471
8	Análise da legitimidade das cláusulas de imutabilidade no regime democrático	472
9	O papel do STF na delimitação das cláusulas pétreas	474
10	Conclusão	479
	Referências.....	481

DIGNIDADE HUMANA E DIREITO PRIVADO CONTEMPORÂNEO: A CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 363.889

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.	485
Introdução	485
1 O Recurso Extraordinário nº 363.889: elementos descritivos e fundamentos do acórdão	486
2 A questão da dignidade humana e os efeitos do Recurso Extraordinário nº 363.889 no âmbito da doutrina e da jurisprudência.....	491
3 Dignidade humana e Recurso Extraordinário nº 363.889: quatro razões para sua dispensabilidade como instrumento de fundamentação retórica	494
Referências.....	497

TRIBUNAIS SUPERIORES E *STANDARDS* DE PROVA

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON	499
1 Introdução	499
2 Tribunais superiores e o julgamento de recursos em matéria probatória	500
3 Precedentes e <i>standards</i> probatórios	506
4 Encerramento	508
Referências.....	508

COLABORAÇÃO PREMIADA: OS PARTICULARES CONTORNOS PENAIIS DE UM NEGÓCIO JURÍDICO

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA	511
Introdução	511
1 As primeiras previsões e os primeiros acordos de delação premiada	512
2 A mudança de foco – Os acordos de colaboração premiada	513
3 O voto e a construção do Ministro Dias Toffoli no HC nº 127.483/PR	516
4 Um futuro possível, mais seguro e mais controlável.....	519
Referências.....	522

O JUIZ COM TOGA E O RESPEITO À SEGURANÇA JURÍDICA

RICHARD PAE KIM	525
1 Introdução	525
2 A segurança jurídica e seu conteúdo.....	526
3 Considerações gerais sobre a teoria da nulidade, a ponderação e os limites interpretativos a garantir a segurança jurídica	530
4 Ministro Dias Toffoli e sua visão sobre segurança jurídica e respeito à separação de poderes	535
5 Considerações finais	547
Referências.....	548

AS FRICÇÕES ENTRE O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OS DEMAIS PODERES: AUTOCONTENÇÃO E PRUDÊNCIA

RODRIGO CAPEZ	551
1 O Ministro Dias Toffoli e o papel moderador da jurisdição constitucional	551
2 As fricções inerentes ao exercício da jurisdição constitucional.....	552
3 A liberdade de conformação do legislador	553
4 O controle jurisdicional das opções políticas fundamentais dos demais poderes	554
5 Deslocamento do baricentro do poder e comprometimento do diálogo institucional	557
6 A autocontenção da jurisdição constitucional como forma de distensionar a relação entre os poderes	560
7 Conclusão	563
Referências.....	563

A NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO

RODRIGO FIGUEIREDO PAIVA	565
1 Introdução	565
2 Os antecedentes históricos da Lei Anticorrupção	566
3 Do acordo de leniência enquanto <i>processo administrativo de negociação do acordo de leniência</i>	571

4	Do acordo de leniência materializado no termo de acordo de leniência	576
5	Da natureza jurídica da multa administrativa aplicada por meio do acordo de leniência	579
6	Conclusão	581

O JUDICIÁRIO E O COMBATE À CRIMINALIDADE

SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR..... 583

1	Introdução	583
2	Desenvolvimento.....	583
3	Conclusão	588
	Referências.....	588

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE LENIÊNCIA PELO ESTADO E OS MECANISMOS DE GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL E DE PROTEÇÃO À EMPRESA COLABORADORA

SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL..... 591

1	Introdução	591
2	Natureza jurídica dos acordos de leniência da Lei nº 12.846/2013.....	592
3	Estrutura dos acordos de leniência em relação às obrigações estabelecidas e o cenário de insegurança jurídica para as empresas lenientes – O descumprimento estatal dos termos pactuados e a inexistência de disciplina das consequências jurídicas decorrentes	597
4	Consequências jurídicas do descumprimento dos acordos pelo Estado – A revisão-sanção das obrigações como mecanismo de proteção às empresas colaboradoras e garantia à execução contratual	601
5	Conclusões.....	605
	Referências.....	606

PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO

SERGIO PINTO MARTINS..... 607

1	Histórico	607
2	Evolução legislativa no Brasil.....	608
3	Etimologia	609
4	Denominação	609
5	Conceito	609
6	Distinção	609
7	Classificação	610
8	Autoaplicabilidade.....	611
9	Objetivos	613
10	Vantagens e desvantagens	614
11	Implantação.....	615
12	Direito estrangeiro e internacional	616
12.1	Constituições.....	616
12.2	Alemanha	616
12.3	Chile	617
12.4	Colômbia	617
12.5	Cuba	618
12.6	Dinamarca	618
12.7	Espanha.....	618
12.8	França.....	618
12.9	Inglaterra	619
12.10	Itália.....	619
12.11	Noruega	620
12.12	Peru.....	620
12.13	Portugal	620
12.14	Suécia	621
12.15	Venezuela.....	621
12.16	União Europeia	621
12.17	OIT	621
13	Conclusões	622
	Referências.....	624

FAKE NEWS, FAIR PLAY ELEITORAL E DEMOCRACIA

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS..... 625

1	Introdução	625
2	Uma sociedade conectada.....	627
3	Desafios para a democracia brasileira.....	628
4	Conclusão	629
	Referências.....	630

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO, INGRID NEVES REALE	633
1 Considerações iniciais.....	633
2 Sobre a finalidade da pena.....	634
3 Principais indicadores do sistema penitenciário brasileiro.....	635
4 Custos do sistema penitenciário nacional.....	640
5 Estado de coisas inconstitucional – MC-ADPF nº 347/DF	641
6 Responsabilidade civil extracontratual do Estado	642
7 Prisão temporária como <i>ultima ratio</i>	644
8 Pacote de leis anticrime	645
9 Prisões federais	647
10 Resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos	649
11 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac.....	652
12 Medidas recentes adotadas pelos Estados Unidos e pela França no combate à superpopulação carcerária	654
12.1 Estados Unidos	654
12.2 França	654
13 Considerações finais	655
Referências.....	656

A UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO MECANISMOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIA DA CELERIDADE PROCESSUAL

VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, FELIPE DE BRITO BELLUCO	659
1 Introdução	659
2 Sistemas de informação como instrumentos de efetivação constitucional e do papel do Conselho Nacional de Justiça na busca da concretização do acesso à justiça e celeridade processual	661
3 Conclusão	663
Referências.....	664

FAZER JUSTIÇA É POSSÍVEL?

VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA	665
Referências	674

CORRUPÇÃO E SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE A SUA NECESSIDADE E (IN)SUFICIÊNCIA

VANIR FRIDRICZEWSKI	677
Introdução	677
1 Compreensão do fenômeno corrupção a partir de suas consequências	677
2 Corrupção e funções do direito penal.....	681
3 A eficácia do sistema de justiça penal brasileiro: breves apontamentos.....	684
Conclusão	687
Referências.....	688

SOBRE OS AUTORES	691
-------------------------------	-----